

A América Latina e as consequências do esgotamento do boom de *commodities* (2003-2016)*

Francisco Luiz Corsi** e Agnaldo dos Santos***

Resumo: Tratamos neste artigo sobre as características gerais do impacto que o aumento da demanda por produtos primários (*commodities*) trouxe para alguns países da América Latina, e como o esgotamento desse ciclo levou a uma situação em que a reprimarização econômica foi a marca em quase todos os países analisados. Apesar de o fenômeno ter ocorrido em uma conjuntura eleitoral favorável às forças de esquerda e centro-esquerda na região, os governos eleitos não conseguiram reverter o processo. Pretendemos apontar que os impactos do *boom de commodities* não foram os mesmos para todos os países da região, assim como indicar os limites do extrativismo para explicar as economias mais diversificadas da região, que possuem mercados internos mais amplos.

Palavras-chave: Extrativismo. Reversão produtiva. Comércio internacional. Desenvolvimento.

Resumen: En este artículo abordamos las características generales del impacto que el aumento de la demanda de productos primarios (*commodities*) ha traído a algunos países de América Latina, y cómo el agotamiento de este ciclo ha llevado a una situación en la que la reprimarización económica fue el sello distintivo en casi todos los países analizados. Si bien el fenómeno se dio en una coyuntura electoral favorable a las fuerzas de izquierda y centroizquierda en la región, los gobiernos electos no lograron revertir el proceso. Por otro lado, pretendemos señalar que los impactos del boom de las materias primas no han sido los mismos para todos los países de la región, así como señalar los límites del extractivismo para explicar las economías más diversificadas de la región, que tienen mercados internos más amplios.

Palabras clave: Extractivismo. Reversión productiva. Comercio internacional. Desarrollo.

Abstract: We present in the article the general characteristics of the impact that the increase in demand for primary products (*commodities*) brought to some Latin American countries, and how the exhaustion of this cycle led to a situation in which economic reprimarization was present in almost all countries. analyzed. Although the phenomenon occurred in an electoral situation favorable to left and center-left forces in the region, the elected governments were unable to reverse the process. We intend to point out that the impacts of the commodity boom were not the same for all countries in the region, as well as to indicate the limits of extractivism to explain the more diversified economies in the region, which have broader domestic markets.

Keywords: Productive reversal. International trade. Development. Extractivism.

* Artigo baseado nos trabalhos apresentados no XX Congresso de la Federación Internacional de Estudios sobre América Latina y el Caribe (FIEALC), realizado em Buenos Aires, entre 19 e 22 de setembro de 2023

** Economista pela FEA-USP, doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e Livre Docente em Economia Política pela Unesp. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp (campus Marília).

*** Cientista social e doutor em Sociologia pela FFLCH-USP. Docente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp (campus Marília).

1. Introdução

A América Latina entrou em uma fase de baixo crescimento a partir do final da alta demanda (*boom*) de *commodities* em 2014, indicando os limites de uma estratégia de desenvolvimento baseada no extrativismo¹. Esse processo foi acompanhado de deterioração das condições sociais, em especial no período da pandemia de covid-19². Mesmo em um contexto de baixo desempenho econômico, também se observa o agravamento da crise ambiental³. Dessa forma, os países da região enfrentam impasses econômicos, sociais e ambientais de difícil solução.

Esses impasses ensejaram críticas severas à estratégia de desenvolvimento, reforçada a partir do início dos anos 2000 por governos de diferentes tendências políticas, baseada, sobretudo no que se refere à América do Sul, na exportação de *commodities*. Essas críticas foram dirigidas em especial às forças progressistas que assumiram governos a partir do início dos anos 2000. A onda progressista praticamente coincidiu com *boom* de *commodities*, sendo substituída pela retomada de vários governos por forças de direita. Teve início uma fase de instabilidade política e medíocre desempenho econômico.

De acordo com Svampa (2019; 2024), estaríamos diante do esgotamento do extrativismo e do neoextrativismo (implementado pelos governos progressistas), concebido “como um ‘modo particular de acumulação’”, no qual, diferentemente do extrativismo tradicional, adotado pelos governos conservadores da região, “o Estado desempenha um papel mais ativo na captação do excedente e na redistribuição, garantindo desse modo certo nível de legitimação social, ainda que com os mesmos impactos sociais e ambientais negativos” (SVAMPA, 2019, p. 25). Ou seja, os governos progressistas teriam reforçado o caráter primário-exportador que historicamente constitui um dos eixos centrais dessas economias desde que elas foram formadas no bojo do processo de acumulação primitiva. Desse modo, não buscaram formular um novo padrão de desenvolvimento que pudesse dar conta simultaneamente dos gravíssimos problemas sociais e ambientais da região, ou as ações nesse sentido foram

1 Entre 2014 e 2019, as economias latino-americanas cresceram em média, ao ano, 0,2%. Entre 2014 e 2021, esse número foi de 0,1%, resultado que caracteriza uma estagnação (CEPAL, 2022a; FMI, [2022]).

2 Os pobres representavam, em 2014, 27,8% da população e a pobreza extrema correspondia a 7,8%. Em 2021, ano em que a economia se recupera da pandemia, os pobres eram 32,1% e os miseráveis 13,8% da população. Em 2021, o desemprego na região estava em 9,6%, não obstante a economia ter se recuperado. Em 2011, a taxa era de 6,7% (CEPAL, 2022).

3 Em 2021, o desmatamento foi o dobro da média observada entre 2009 e 2018. Entre 1961 e 1990, a taxa média de aumento da temperatura foi de 0,1°C/década. No período 1991 e 2021, foi de 0,2°C/década. Desde a década de 1980, as geleiras dos Andes perderam 30% de seu volume. As secas se tornaram cada vez mais frequentes e prolongadas (CEPAL, 2022c; ONU, 2023).

claramente insuficientes e muitas vezes retóricas. Isso teria agravado a inserção subordinada e dependente dos países latino-americanos na economia mundial.

Segundo Svampa (2019, p. 162-163):

[...] a partir de um olhar mais de longo prazo, a expansão do neoextrativismo resultou em uma série de desvantagens. [...] Por um lado, o neoextrativismo não conduziu a um salto na matriz produtiva, e sim à maior reprimarização das economias, o que foi agravado pela chegada da China, potência que de modo acelerado foi se impondo como sócia desigual na região latino-americana. Ao mesmo tempo, a crescente baixa do preço das matérias-primas gerou um déficit na balança comercial que impulsionou os governos a contrair mais dívidas e a multiplicar os projetos extrativos, iniciando assim uma espiral perversa, que leva à consolidação de um padrão primário-exportador dependente. [...] Por outro lado, se faz evidente o vínculo entre neoextrativismo, grilagem e desigualdade. A América Latina é não só a região mais desigual do mundo, mas também a com pior distribuição de terras, em virtude do avanço das monoculturas e da espoliação, em benefício de grandes empresas e latifundiários. [...] Por último, para além das diferenças internas, os modelos de desenvolvimento dominantes apresentam uma lógica comum: grande escala, ocupação intensiva do território, ampliação dos impactos sociais e sócios-sanitários, predomínio de grandes atores corporativos, democracia de baixa intensidade e violação dos direitos humanos.

Acosta e Brand (2018, p. 20-28) a esse respeito assinalaram:

O progressismo, porém, acabou se transformando em uma espécie de neoliberalismo transgênico uma vez que instrumentalizou e aplicou políticas próprias do neoliberalismo mais descarado. [...] O aprofundamento do extrativismo [...] sob o signo do “progressismo” chegou a níveis de intensidade que os governos liberais anteriores não foram capazes de alcançar. [No entanto] Houve avanços na luta contra a fome e a pobreza em todos os países da região [...], isso foi possível graças ao retrocesso do neoliberalismo e ao fortalecimento do Estado. [...] As conquistas sociais se explicam, em grande medida, pelos elevados preços das matérias-primas, cuja exportação possibilitou altos rendimentos.

Para esses dois autores, que têm uma perspectiva genericamente anticapitalista, a saída para a situação de crise socioambiental vivida pela América Latina seria o “Bem Viver”⁴, que convergiria com a proposta de decrescimento (que discutiremos adian-

4 Segundo Svampa (2019, p. 79), “O bem viver tem como um de seus eixos centrais a relação do homem com a natureza, considerado o homem como parte integrante desta. Desse modo, leva a outras linguagens de valorização (ecológicas, religiosas, estéticas, culturais) com relação à natureza, à ideia de que crescimento econômico deve estar subordinado à conservação da vida. Tal visão redundante, portanto, no reconhecimento do direito da natureza, o que não supõe uma natureza virgem, e sim o respeito integral por sua existência e a manutenção e regeneração de seus ciclos vitais, sua estrutura, suas funções e seus

te), como norte para os modelos pós-extrativistas de economia para a região. Porém, essa convergência ainda não seria uma realidade.

Ainda não se pode afirmar que as atuais propostas de Bem Viver na América Latina estejam acompanhadas do decrescimento – no sentido da desmaterialização, da descoisificação, da descentralização e da desurbanização. O Plano Nacional de Desenvolvimento do Equador, por exemplo, foi rebatizado como Plano do Bem Viver, propagando a necessidade de superar o extrativismo, mas na prática não leva esta proposta a cabo, nem no projeto e nem na execução. Na realidade, os dez anos do governo de Rafael Correa (2007-2017) aprofundaram o extrativismo mais que os presidentes anteriores, abertamente neoliberais, com a promessa de supostamente, um dia, “abandonar o extrativismo” (ACOSTA; BRAND, 2018, p. 138).

As críticas levantadas por Svampa, Acosta e Brand são de grande importância para discutirmos as estratégias de desenvolvimento na América Latina no contexto de permanência de graves problemas sociais, de agravamento da crise ambiental e de reprimarização e retrocesso estrutural de várias economias da região. As suas proposições são críticas ao chamado neodesenvolvimentismo⁵, cujo um dos pilares é o extrativismo. No entanto, pretendemos no presente artigo apontar os limites do extrativismo para explicar as economias mais diversificadas e com amplo mercado interno da região. Também pretendemos a apontar a necessidade de ir além das propostas do decrescimento e do Bem Viver, no sentido de caminharmos em direção do ecossocialismo.

processos evolutivos, a defesa dos sistemas de vida [...] Os direitos da natureza levam a uma profunda mudança civilizacional, que questiona as lógicas antropocêntricas dominantes e se transforma em uma resposta de vanguarda ante a atual crise civilizatória [...] trata-se de construir uma sociedade sustentada na harmonia das relações dos seres humanos com a natureza”.

5 As políticas neodesenvolvimentistas adotadas pelos governos latino-americanos neste período não são homogêneas, as diferenças nacionais são marcantes. Ultrapassa os limites do presente artigo uma discussão detalhada de cada uma delas. De modo geral, elas estão pautadas, pelo menos no discurso, que nem sempre corresponde às medidas tomadas, pela defesa do crescimento econômico, acompanhado de melhorias da distribuição da renda e das condições de vida e trabalho do grosso da população. Também defendem a ampliação do mercado interno, a diversificação da economia, o incremento do investimento e o combate à crise ambiental. Em geral, também defendem a intensificação da exploração dos recursos naturais como fundamental para obter recursos para criar as condições para a instauração de um novo padrão de desenvolvimento mais compatível com o equilíbrio ecológico. Observam-se variados graus de ruptura e continuidade com as políticas neoliberais. Na análise dessas políticas é necessário tomarmos muito cuidado com analogias com o período desenvolvimentista (1930-1980), pois os riscos de anacronismo são consideráveis.

2. Breve digressão política e teórica

A proposta de uma bioeconomia que reconheça a inevitabilidade do impacto ambiental, mas que rompa com o modelo teórico calcado no crescimento, surgiu a partir das preocupações apontadas por Nicholas Georgescu-Roegen e sua proposta de decrescimento. Para o estatístico e economista romeno, que emigrou para os Estados Unidos nos anos 1940, era preciso levar em consideração o problema da energia nos cálculos econométricos. E isso implicava necessariamente o reconhecimento de que o crescimento contínuo da economia era uma ilusão compartilhada por todas as correntes teóricas de seu tempo. Para tanto, Georgescu incorporou em suas análises as consequências derivadas da entropia, a partir da Segunda Lei da Termodinâmica. De forma muito simplificada, podemos descrever esse fenômeno como o da difusão e desorganização da energia que, após ser utilizada para atividades econômicas, por seu uso contínuo e sua dinâmica, transforma-se em detritos não aproveitáveis.

De acordo com o autor, a principal fonte energética disponível é aquela derivada das estrelas, como o nosso Sol. Mas, em termos econômicos, só conseguimos aproveitar uma parte diminuta dessa energia, principalmente aquela armazenada pelas plantas na fotossíntese, base de quase toda a cadeia alimentar. O restante se perde pelo universo. Logo, temos um sistema fechado (nosso planeta), que depende exclusivamente dessa fonte energética. Se aceleramos a extração de fontes energéticas estocadas em baixa entropia, principalmente por meio de combustão de combustíveis fósseis, aumentamos os detritos em alta entropia (*carbojunks*). Georgescu participou dos trabalhos organizados pelo Clube de Roma, instituição criada em 1968 para discutir temas voltados à política e economia internacionais, com foco no desenvolvimento sustentável (CECHIN, 2010). Em 1972, a instituição divulgou o relatório “Os Limites do Crescimento”, sob responsabilidade de Dana Meadows e com a participação de Georgescu e outros especialistas. Parte de suas teses aparece no relatório, que vem desde então gerando expressivos debates sobre a viabilidade de um desenvolvimento sustentável. Enquanto o relatório do Clube de Roma sugere essa possibilidade, pautada na diminuição da velocidade do uso dos recursos naturais e da geração de poluentes, Georgescu apontou para uma solução mais radical e polêmica: o decrescimento. Seria o momento de reduzir o patamar de desenvolvimento econômico, e isso deveria começar pelos países mais ricos, permitindo uma “moratória” aos países de desenvolvimento tardio a criarem condições de aumento de riqueza e sua distribuição. Mas, ao final, todos deveriam perseguir a meta de redução do crescimento econômico, em benefício das futuras gerações, que terão ao seu dispor uma quantidade bem menor de fontes energéticas em baixa entropia (CECHIN, 2010).

Suas proposições, consideradas “heréticas” diante do *mainstream* econômico, acabaram lhe custando o ostracismo acadêmico nas décadas seguintes. Mas também não foram bem-vistas nas análises mais à esquerda, pois tanto keynesianos quanto alguns marxistas possuem o mesmo entendimento da necessidade de garantir a expansão econômica, ainda que de forma mais racional. Muitos inclusive enxergaram nas teses de decrescimento uma nova forma de malthusianismo. E tais suspeitas só aumentaram quando alguns autores alinhados à ortodoxia passaram a aceitar a crítica ao crescimento, desde que a desaceleração fosse para todos os países de forma simultânea, e não primeiramente aos mais ricos (como propunha Georgescu). De toda maneira, o debate acerca do desenvolvimento sustentável (que aceita algum grau de crescimento) acabou se tornando hegemônico nos órgãos multilaterais, como as agências das Nações Unidas (ONU) e organizações sociais de atuação global. Tal preponderância, ao menos no plano do discurso, evidencia-se nas conferências que vem sendo realizadas pela ONU desde os anos 1970: Estocolmo (1972), Rio de Janeiro (1992), Quioto (1997), Joanesburgo (2002), Rio+20 (2012). Um dos documentos gerados nessas conferências, e que é parâmetro para as negociações multilaterais sobre aquecimento global, é o Protocolo de Quioto, proposto na conferência de 1997. O acordo foi ratificado em 2007, sem a participação dos Estados Unidos, que deveriam contribuir com as maiores reduções de emissões carbônicas e se negaram a assumir tal compromisso, alegando os custos exorbitantes do abandono das fontes energéticas tradicionais.

O avanço da acumulação de capital progressiva, acompanhado dos processos de urbanização, de crescimento demográfico e de formação da sociedade de produção e consumo de massas, acelerados no pós-guerra, exigiram maior atenção aos seus impactos ambientais. Era preciso, assim, conciliar a exigência perene do sistema econômico por crescimento com modelos teóricos e práticas mercantis que, em tese, respeitassem a “pegada ecológica” deixada pela humanidade no meio ambiente. Dessa forma, começa a surgir uma agenda sob a denominação de “economia verde”. Debaixo dessa denominação há diversas abordagens que não rompem com a mercantilização da vida (nos termos tratados por Karl Polanyi⁶), nem com uma eventual diminuição do ritmo de crescimento, como sugerem por exemplo os pesquisadores da bioeconomia, mas sim a tentativa de viabilizar os negócios tradicionais com alguma preocupação ambiental. Mercado de carbono, turismo ecológico e energias renováveis seriam alguns exemplos da denominada economia verde.

Em anos mais recentes, empresas e literatura acadêmica (das áreas de economia e administração de empresas) começaram a incorporar em seus documentos o acrônimo ESG, do inglês *environmental, social and governance* (governança corporativa,

6 Vide o debate proposto pelo autor em Polanyi (2000).

social e ambiental). Seria uma nova abordagem, que emergiu a partir do documento “Ganha Quem Cuida”, organizado pelas Nações Unidas e instituições financeiras em 2004 (UNITED NATIONS, 2004). As sugestões do documento, que depois passaram a compor uma agenda de metas corporativas, são: a) busca por alternativas sustentáveis que diminuam o impacto ambiental na produção, embalagem e descarte de produtos; b) incorporação dos direitos trabalhistas pelas empresas, de modo a garantir segurança laboral, diversidade, inclusão e participação de projetos sociais e causas comunitárias; c) adoção de gestão ética que inclua transparência nos processos, combate à corrupção e ao trabalho escravo, por meio de responsabilidade corporativa. Conforme seus defensores, tais práticas podem prevenir problemas judiciais relacionados a questões trabalhistas e corrupção empresarial, multas por agressão ambiental, fidelização de clientes, valorização da marca corporativa, acesso às linhas de crédito verde e *green bonds*, além de maior retenção de talentos (ENTENDA..., 2024).

Dessa forma, o documento de 2004 vai embasar a agenda programática da Economia Verde, que surgirá em outro documento da ONU, o relatório “Rumo a uma Economia Verde”, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), de 2011 (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME, 2012). A ênfase na gestão eficiente da água, resíduos e da terra, além de energia renovável, bioconstruções e transportes sustentáveis, aponta para soluções que compatibilizem crescimento econômico com menor impacto ambiental. Somado a isso, são citados mecanismos de quantificação das externalidades negativas da atividade econômica, que possam punir (com multas) ou premiar (por meio do mercado de créditos de carbono) os agentes econômicos. Em outras palavras, manter o *status quo*, com um revestimento ecologicamente correto. Portanto, o *mainstream* econômico de matiz liberal consegue apenas propor uma mudança na forma como a atividade mercantil impacta o meio ambiente, reduzindo o seu ritmo e eventualmente reduzindo as desigualdades sociais por meio da ampliação de atividades geradoras de renda.

Como assinalou Moreno (2016, p. 266-278), o *Global Green New Deal* foi uma resposta à grave crise aberta em 2008. A crise ambiental para os defensores da economia verde seria “essencialmente uma falha de mercado” e “uma falha de mercado deve ser corrigida por uma solução de mercado”, que incorpore e internalize “os custos das ‘externalidades’”, atribuindo um preço à poluição e conferindo direitos de propriedade aos bens comuns. Assim, segundo a autora:

A economia verde [...] é uma falsa solução às mudanças climáticas, já que não contraria a continuidade da atual economia “marrom”, extrativista e intensiva em energia. Pelo contrário, seus mecanismos “verdes” são concebidos de tal forma que a criação de valor sob sua lógica são complementários e interdependentes da economia atual, funcionando como um forma

de “economia espelho”: é justamente a escassez e a contaminação dos recursos produzidos pela economia atual, que geram valor aos “ativos ambientais” da economia verde (MORENO, 2016, p. 292).

A economia verde visa transformar o enfrentamento da crise ambiental em um novo espaço de acumulação de capital, uma nova fronteira de expansão para o capitalismo. Esta perspectiva é incompatível com as proposições de Georgescu, do Bem Viver e com análises inspiradas na tradição socialista, que mesmo com certa reticência em relação ao decrescimento, procuram tratar do tema e da necessidade de incorporar em seu arcabouço teórico os dilemas do desenvolvimento. Existe uma corrente do decrescimento inserida no movimento MAUSS (*Mouvement anti-utilitariste en sciences sociales*)⁷, que possui diversos pontos de contato com o ecossocialismo. O acrônimo em francês faz referência ao sociólogo Marcel Mauss (2003), cujo “Ensaio sobre a Dádiva”⁸ é um clássico na análise econômica não utilitarista. Encontramos nas pesquisas e propostas do movimento ideias como o combate à propaganda comercial que estimula o consumismo, a prevalência do transporte coletivo, a diminuição da jornada de trabalho, entre outras medidas. Isso implica em um processo de transição energética e de consumo que não pode mais ser adiado e que deve ser implementado de forma concomitante com o combate à desigualdade social e de transformação estrutural, presentes na agenda ecossocialista e do Bem Viver.

O ecossocialismo parte de uma releitura de Marx, que, embora tenha tratado do tema ambiental, não o aprofundou. Isso contribuiu para que acabasse prevalecendo tanto entre seus apoiadores quanto nos críticos a tese de que ele era mais um dos profetas da modernidade agarrado ao paradigma do crescimento contínuo. Um autor que aponta a insuficiência do tratamento dado por Marx e Engels às ameaças que o desenvolvimento capitalista cria especificamente à natureza é Michael Löwy. O sociólogo brasileiro acredita que existe na obra do revolucionário alemão alguns *insights* importantes sobre o poder destrutivo do crescimento econômico sobre a natureza, mas que ele não os desenvolve. Vide a passagem de *A ideologia alemã*: “No desenvolvimento das forças produtivas atingem-se um estado onde surgem forças produtivas e meios de circulação que só podem ser nefastos no âmbito das relações existentes e já não são forças produtivas, mas sim forças destrutivas” (MARX, 1974 *apud* LÖWY, 2014, p. 27).

O que tornaria a crítica ecológica de Marx algo ambíguo para Löwy é que, em outras obras, o autor teceria considerações sobre uma neutralidade das tais forças

7 Vide <https://www.maussinternational.org>, acesso em: 26 nov. 2024.

8 Vide a versão do ensaio publicada em *Sociologia e antropologia* (2003).

produtivas, como na seguinte passagem de *Para a crítica da economia política*, texto anterior a *O capital*: “De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social [...]. Uma formação social nunca parece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida” (MARX, 1974 *apud* Löwy, 2014, p. 25-26). Assim, seria necessário avançar na crítica da economia política, incorporando uma crítica ecológica ao desenvolvimento capitalista, utilizando a mesma argumentação que Marx utilizou para tratar do Estado burguês, como encontramos em *A Guerra Civil na França*: “A classe trabalhadora não pode se contentar em tomar tal e qual a máquina do Estado e fazê-la funcionar por sua própria conta” (MARX, 1974 *apud* Löwy, 2014, p. 38). Nem todos os estudiosos dos aspectos ecológicos na crítica marxiana concordam integralmente com as ponderações de Löwy. Kohei Saito, por exemplo, aponta:

Mesmo que sua interpretação reflita com precisão o pensamento de Marx à época, a crítica de Löwy dificilmente pode ser generalizada para toda a obra de Marx, uma vez que sua crítica ao capitalismo se tornou cada vez mais ecológica a cada ano que passou. Como visto, a evolução de seu pensamento subsequente ao Livro I de *O Capital* mostra que, em seus últimos anos, Marx ficou seriamente preocupado com o problema do desmatamento, e é altamente duvidoso que o Marx tardio, após ler Fraas e Kirchhof, elogiasse o desmatamento em massa em nome do progresso, sem levar em consideração a regulação consciente e sustentável da interação metabólica entre humanidade e natureza (SAITO, 2021, p. 316-317).

Em que pese eventuais pontos de divergência, Löwy, Saito e demais estudiosos da obra de Marx concordam que existe em sua crítica à economia política os elementos de um socialismo ecológico, ou ecossocialismo. O programa pode ser resumido nos seguintes termos: “[...] Uma sociedade ecologicamente racional fundada no controle democrático, na igualdade social, e na predominância do valor de uso [sobre o valor de troca]” (LÖWY, 2014, p. 45). Tal empreendimento exigiria, por suposto, um modo de vida alternativo, priorizando a produção de valores de uso de usufruto comum, como uma ênfase no transporte coletivo sobre o privado (LÖWY, 2014). Vemos, então, que para o ecossocialismo não existe qualquer compatibilidade entre a dinâmica capitalista, que mercantiliza a natureza, e a de desenvolvimento sustentável.

Foster (2023) também entende que o ecossocialismo implicaria em uma sociedade pautada pelos valores de uso e pela necessidade imperiosa de mudanças nas relações de produção e no padrão de consumo. O ecossocialismo abarca, para o referido autor, a perspectiva do decrescimento para as sociedades ricas, não ficando claro qual sua proposta para a periferia. Porém, na sua visão, que à maneira de Löwy enfatiza a

necessidade da superação do capitalismo, o decrescimento, ou o abandono do crescimento econômico, significaria

[...] eliminar a formação de capital líquido. Com o contínuo desenvolvimento tecnológico e melhoria das capacidades humanas, o mero investimento de reposição é capaz de promover progresso constante da qualidade da produção nas sociedades industriais maduras, eliminando ao mesmo tempo as condições de exploração do trabalho e redução da jornada de trabalho. Juntamente com a redistribuição do excedente social e da redução do desperdício, isso permitiria melhorar significativamente a vida da maioria das pessoas. O decrescimento, que é destinado especificamente aos setores mais ricos da população mundial, é, portanto, direcionado para melhoria das condições de vida da grande maioria, mantendo ao mesmo tempo as condições ambientais da existência e promoção do desenvolvimento humano sustentável. [...] Contudo, em vez de constituir um obstáculo intransponível ao desenvolvimento humano, isto pode ser visto como o início de uma nova fase da civilização ecológica baseada na criação de uma sociedade de igualdade substantiva e sustentabilidade ecológica, ou ecosocialismo. O decrescimento, neste sentido, não visa a austeridade, mas sim encontrar uma “saída próspera” do nosso atual mundo extrativista, esbanjador, ecologicamente insustentável, pouco desenvolvido, explorador e desigual, hierárquico e classista. Em alguns setores da economia, experimentariam um crescimento contínuo, possibilitado pelas reduções em outros. As despesas com combustíveis fósseis, armamentos, jatos particulares, veículos esportivos, segundas residências e publicidade, deveriam ser cortadas para dar espaço ao crescimento em setores como agricultura regenerativa, produção de alimentos, habitação digna, energia limpa, cuidados de saúde acessíveis, educação universal, bem-estar comunitário, transporte e conectividade pública digital e outros setores relacionados à produção e as necessidades ecológicas e social (FOSTER, 2023, p. 2).

Não obstante as convergências, há uma diferença de ênfase importante. O ecosocialismo propõe enfaticamente, como acabamos de assinalar, a superação do capitalismo como requisito para uma sociedade mais igualitária, democrática e capaz de enfrentar a crise ambiental. As propostas de decrescimento e do Bem Viver, apesar de serem antissistêmicas e proporem, como os ecossocialistas, a necessidade de um novo padrão de consumo e distribuição, deixam de maneira mais aberta a natureza das sociedades pós-extrativistas e pós-crescimento. Defendem de modo genérico que a viabilidade e as estruturas dessas sociedades seriam definidas no processo político de transformação global, pois decrescimento e pós-extrativismo estão articulados, uma vez que historicamente o desenvolvimento dos países centrais depende crucialmente da manutenção do extrativismo na periferia (ACOSTA; BRAND, 2018; Dliger; Lang; Pereira Filho, 2016). Parece faltar uma definição mais clara do que seria uma sociedade pós-extrativista. Ademais, o fato de Foster (2023) defender a substituição

do capital constante depreciado por um novo tecnologicamente mais avançado implicaria em aumento da produtividade do trabalho e, portanto, poderia haver expansão da produção, que permitiria ampliar o consumo, diminuir a jornada de trabalho e sustentar o crescente número de trabalhadores aposentados com o envelhecimento da população. No mínimo, nessa versão de ecossocialismo haveria incongruência com o decrescimento, pelo menos na concepção de Georgescu, que parece ser avesso à ideia de aumentar a produção.

Outra diferença importante reside nas distintas visões em relação ao antropoceno, “um novo tempo no qual o ser humano se tornou uma força de transformação de alcance global e geológico” (SVAMPA, 2019, p. 144). Fase na qual a ação humana está pondo em risco a vida no planeta, cujo início seria o período do pós-guerra, marcado por profundas transformações sobretudo no padrão de consumo, na demografia e na tecnologia, que levaram à crise ambiental que vivemos. Segundo Moore (2013), tal abordagem dilui o fato de a degradação ambiental ter se acelerado sobremaneira com o advento do capitalismo e não apenas a partir da Segunda Guerra mundial, sendo assim, deveríamos denominar o período de predomínio desse modo de produção de “capitaloceno”. Há também uma diferença importante em relação à hierarquia das espécies. Na visão do Bem Viver, por exemplo, o ser humano estaria no mesmo patamar das demais espécies animais e vegetais. Todavia, nem todos os ecossocialistas pensam dessa maneira. Lowy (2005, p. 47) a esse respeito assinalou:

[...] nas correntes ditas “fundamentalistas”, vemos esboçar-se, sob o pretexto de combate contra o antropocentrismo, a recusa do humanismo, o que leva a posições relativistas que põem todas as espécies vivas no mesmo nível. É realmente necessário considerar que o bacilo de Koch ou o mosquito anófeles têm o mesmo direito à vida que uma criança tuberculosa ou com malária? [...] O “Princípio da Responsabilidade”, para ter um significado ético verdadeiro, não pode referir-se unicamente “à natureza” como abstração, mas antes ao meio ambiente natural da vida humana: o antropocentrismo é aqui sinônimo de humanismo.

Há um limite físico do planeta terra e dificilmente o desenvolvimento tecnológico estenderá esse limite indefinidamente, podendo até encurtá-lo, pois a tecnologia (como de resto as forças produtivas) pode, em muitos casos, transformar-se em força destrutiva da humanidade e do planeta. A própria existência de qualquer sociedade implica em interação, transformação e apropriação da natureza, nos termos da entropia, mobilizada pelo argumento do decrescimento. A questão parece ser qual forma de organização social é capaz de minimizar o desequilíbrio do meio ambiente. A discussão dos dilemas do desenvolvimento da América Latina, diante da crise ambiental que se aprofunda, tem que enfrentar essas questões.

Isso implica discutir as estratégias de desenvolvimento não de forma abstrata, mas sim a partir da situação concreta. Ou seja, discutir a situação concreta subjacente às discussões sobre os rumos da região. O pano de fundo dos limites no curto e médio prazo do extrativismo reside na crise estrutural do capitalismo aberta a partir de 2008, embora no longo prazo a escassez de recursos naturais, o aquecimento global e a poluição se coloquem cada vez mais como limites intransponíveis. O fim da fase expansiva (2003-2008) abriu um período instável de crise, de acirramento da disputa pela hegemonia mundial, de baixo desempenho econômico, de agravamento da crise ambiental e de aprofundamento das desigualdades sociais em âmbito global. Os limites das estratégias de desenvolvimento devem ser discutidos nesse contexto. O próprio esgotamento do *boom* de *commodities* é um dos desdobramentos dessa crise. Dessa maneira, a discussão tem como ponto de partida o entendimento do esgotamento do *boom* de *commodities*.

3. A reorganização do capitalismo, o ciclo de commodities e os limites do modelo extrativista

Para entendermos a crise aberta em 2008, temos que vê-la em perspectiva histórica, o que nos leva a discutir a chamada globalização, que foi uma resposta do capital à crise estrutural aberta na década de 1970. Dado os limites deste artigo e os nossos objetivos, não seria possível discutir aqui a reestruturação do capitalismo a partir daquela década nos seus múltiplos aspectos⁹. Uma das características centrais da nova fase que nos interessa ressaltar foi o inchaço da esfera financeira, fruto sobretudo da baixa

⁹ Em linhas gerais, a reestruturação do sistema a partir da década de 1980, levada a cabo pelos governos dos países centrais, pelas grandes corporações, pelos grandes bancos e fundos de investimento, baseou-se nos seguintes processos: (1) desmonte gradativo do Estado de Bem Estar Social no centro do sistema; (2) abertura comercial das economias nacionais; (3) desregulamentação dos mercados financeiros; (4) exacerbação do processo de centralização de capitais, por meio de intenso processo de fusões, incorporações e aquisições de empresas em escala global, sobretudo no centro do sistema; (5) reestruturação produtiva, calcada na introdução da chamada acumulação flexível, que precarizou as condições de trabalho e fragmentou ainda mais a classe trabalhadora, mudanças que impactaram a consciência e a organização dos trabalhadores; (6) nova onda de inovações tecnológicas, que poupa força de trabalho e que é importante também para viabilizar a crescente interligação financeira, comercial e produtiva da economia mundial; e (7) reconfiguração espacial da acumulação de capital, caracterizada pela crescente internacionalização da produção, com o objetivo de abrir novos espaços de acumulação e criar um exército industrial de reserva em escala global, cabendo destacar nesse processo a abertura das economias nacionais e o aprofundamento da incorporação da China e da Índia ao capitalismo global. O conjunto desses processos, que ocorreu sob a égide política e ideológica do neoliberalismo, visava em especial enfrentar a causa principal da taxa de lucro, que seria recomposta pela queda dos salários, pelo aumento da produtividade, pela maior rapidez de circulação de capitais e pela expansão de novos espaços de acumulação (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2021).

rentabilidade do capital nos setores produtivos no centro do sistema. Tal inchaço criou as condições para a formação de sucessivas bolhas especulativas. Esse processo ampliou a instabilidade sistêmica, como indicam as recorrentes crises financeiras verificadas desde os anos de 1980. O neoliberalismo orientou política e ideologicamente esse processo de reestruturação, além de impregnar toda a sociedade, condicionando a percepção da realidade e a ação dos indivíduos (CHESNAIS, 2016).

Interessa-nos também destacar a reconfiguração espacial da acumulação em direção à periferia, em particular em direção ao leste asiático, o que gerou paulatinamente cadeias produtivas de valor, que passaram a abarcar grande parte da economia mundial¹⁰. Nesse processo, alguns poucos países asiáticos se industrializaram. Concomitantemente, observou-se a desindustrialização do centro do sistema e de algumas áreas da periferia. A maior parte desta continuou a inserir-se na economia mundial como exportadora de produtos primários¹¹.

A menor rentabilidade no centro, o acirramento da concorrência e a expansão exacerbada da capacidade produtiva em escala global decorrente, em parte, do forte crescimento econômico verificado no Leste asiático fizeram com que a acumulação nas economias centrais declinasse. Nesse contexto, um volume crescente de capitais formados nessa região buscou condições mais favoráveis de valorização na periferia, atraídos por uma oferta abundante e barata de força de trabalho e por altas taxas de

10 As grandes corporações, por meio de empresas organizadas em rede, organizaram cadeias globais de produção e distribuição, que se estendem por diferentes países. Essas grandes corporações mantêm o controle das fases de maior valor agregado do processo produtivo. Os países centrais continuam controlando a produção de tecnologia de ponta, as finanças e o comércio mundiais, pontos fundamentais para assegurar a hegemonia, em um momento no qual a produção manufatureira tendeu a deslocar-se seletivamente para algumas regiões periféricas e a China desafia o predomínio ocidental (CHESNAIS, 2016; CORSI, SANTOS; CAMARGO, 2021).

11 Entre 1981 e 2000, os países em desenvolvimento da Ásia cresceram 5,77% em média ao ano, enquanto os africanos 2,44% e os latino-americanos 2,25%. No período 2001-2008, o desempenho desses países foi respectivamente o seguinte: 7,26%, 5,01% e 3,52%. Nesses dois períodos, o crescimento médio do PIB dos países desenvolvidos foi de 2,73% e 1,90%. No ano de 1990, a participação dos países em desenvolvimento no valor adicionado da indústria de transformação em escala mundial foi de 17,49%; em 2000, passou para 21,83%; em 2010, 32,58%; e, em 2013, para 35,49%. A participação desses países no total das exportações de produtos manufaturados saltou 6,4%, em 1960, para 40,1% em 2010. Em 2010, 79% dos trabalhadores da indústria de todo o mundo encontravam-se nas regiões menos desenvolvidas, pois elas concentram os setores mais intensivos em força de trabalho. Esses resultados devem-se ao desempenho de alguns poucos países em desenvolvimento, mas em particular à China, que cresceu aceleradamente no período. Hoje, no entanto, não podemos mais considerar esse país como em desenvolvimento, pois trata-se da segunda economia do mundo e do polo mais dinâmico da acumulação de capital, além de uma potência militar. Ao analisarmos esses dados, é preciso levar em conta a intensa expansão industrial de alguns poucos países asiáticos e a desindustrialização de países da América Latina nas últimas décadas, em particular do Brasil. Enquanto isso, os países desenvolvidos se desindustrializaram, passaram a ser economias baseadas sobretudo nos serviços, que, em 2010, correspondiam a cerca de 75% do PIB desses países (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2021; NAYYAR, 2014; SMITH, 2016).

lucro. Outra saída encontrada por esse capital foi a esfera financeira.

A crise energética foi outro elemento essencial da crise estrutural do capital da década de 1970, pois os dois choques do petróleo colocaram no centro do debate a questão da crise ambiental e da insustentabilidade de um modo de produção baseado na acumulação progressiva de capital. Em pouco tempo, o problema do desenvolvimento sustentável tomou corpo e o capital procurou articular uma resposta à crise ecológica compatível com a sua lógica de valorização permanente. Procurou, como já assinalamos, tornar a economia verde em um novo espaço de acumulação. Mas a contradição entre a preservação do meio ambiente e a lógica da acumulação progressiva, como indicam os ecossocialistas, é insuperável. Como também foi indicado, apesar de inúmeras iniciativas e acordos no âmbito da ONU, como era de se esperar, não foi possível deter a acelerada degradação ambiental. As necessidades de recursos naturais não pararam de crescer e a poluição só aumentou. Hoje, caminhamos para uma situação na qual os desequilíbrios ambientais não poderão mais ser revertidos.

Segundo Foster (2023), o Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC), a temperatura média deveria aumentar menos de 1,5°C dos níveis pré-industriais para evitarmos uma catástrofe ambiental. Nos relatórios do IPCC publicados entre 2021 e 2023, o cenário mais otimista seria um incremento de temperatura inferior a 1,5°C. Para tanto, o aumento de temperatura de 1,5°C não poderia ser ultrapassado antes de 2040, aumentando para 1,6°C, e depois o aumento declinaria para 1,4°C até o final do século. Para isso acontecer, seria necessário zerar as emissões de carbono até 2050. Porém, esse cenário otimista já teria sido inviabilizado. Foster (2023) baseado em dados apresentados por Kevin Anderson, especialista em mudança climática, afirmou:

Para não ultrapassar o aumento de 1,5°C no aquecimento, são necessários cortes nas emissões em 11% ao ano [...] No entanto, estas taxas médias globais ignoram o conceito de equidade, central em todas as negociações climáticas da ONU, que dá aos “países em desenvolvimento” um pouco mais de tempo para descarbonizar. Se isso acontecer em conta a equidade, a maioria dos países “desenvolvidos” terá que atingir zero emissões CO₂ entre 2030 e 2035, enquanto os países em desenvolvimento seguirão o exemplo na década seguinte. Qualquer atraso reduzirá ainda mais esses prazos (FOSTER, 2023).

Apesar do agravamento da crise ambiental e do discurso em prol de um desenvolvimento sustentável, que paulatinamente ganhou espaço no debate internacional, observa-se, desde a década 1970, a crescente necessidade de matérias-primas, combustíveis fósseis e alimentos, o que reforçou o papel de grande parte da periferia como fornecedora desses recursos. Os países periféricos que baseiam suas economias no

extrativismo e aqueles que se industrializaram não são historicamente responsáveis pela crise atual e enfrentam, de modo geral, graves problemas de desigualdade social, miséria e carências nas áreas de saúde, educação e infraestrutura. Portanto, precisam se desenvolver; sendo assim, para eles não se coloca o imperativo do decrescimento. No entanto, deveriam buscar implementar padrões de desenvolvimento alternativos aos do ocidente. Ao não caminharem nessa direção, contribuíram para o agravamento da crise ambiental. A China, por exemplo, que em poucas décadas tornou-se a segunda economia do mundo e uma grande potência, calcou seu desenvolvimento nos padrões produtivo, tecnológico e de consumo do ocidente ao invés de trilhar o caminho do ecossocialismo. Gradativamente, passou a ser uma grande consumidora de recursos naturais e em um dos países mais poluidores do mundo, apesar de seus esforços recentes no sentido de enfrentar esses problemas¹².

No período que vai dos anos de 1980 ao *boom* de *commodities*, os países desenvolvidos e vastas áreas da periferia tenderam a apresentar um baixo crescimento econômico, enquanto os países asiáticos, que se consolidaram como novos espaços de acumulação, viveram uma fase de expansão econômica acelerada. A rápida expansão desses países e as bolhas especulativas, que por um curto espaço de tempo tiveram forte impacto na atividade econômica, evitaram que a economia mundial mergulhasse em uma prolongada estagnação.

A América Latina seguiu a tendência de baixo crescimento, acompanhada de graves crises inflacionárias e de endividamento externo. Esses problemas foram bastante graves para aqueles países que tinham logrado avançar no processo de industrialização. O esgotamento do período desenvolvimentista engendrou as condições para o advento de um novo padrão de acumulação, sob o impulso das políticas neoliberais. As fortes pressões dos EUA, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do capital financeiro, além do fortalecimento das frações de classe vinculadas às exportações e à especulação financeira global, impuseram políticas econômicas inspiradas no Consenso de Washington, que passaram a orientar os planos de estabilização. Abriu-se uma fase de abertura e desregulamentação das economias, de privatização das empresas estatais, de enxugamento do Estado e retrocesso estrutural das economias mais diversificadas. O resultado foi o aprofundamento da dependência e da vulnerabilidade externa da região. Ao final da década de 1990, não obstante o controle da inflação e alguns momentos de crescimento, a situação, de modo geral, era desalentadora. O colapso dos planos de estabilização no Brasil e na Argentina atestavam fracasso das políticas neoliberais. A crise contribuiu para a vitória eleitoral, em vários países, de forças de centro-esquerda, que pelo menos parcialmente alteraram a políti-

12 Ver a respeito, entre outros, Lima, Albuquerque e Nascimento (2021).

ca econômica no sentido de retomada do crescimento.

A economia da região ganharia impulso quando a economia mundial entra em uma fase de crescimento entre 2003 e 2008. A fase expansiva foi fruto, em parte, da política expansiva adotada pelos EUA como resposta à crise da Nasdaq (2001) e do forte crescimento da economia chinesa. A política expansiva norte-americana estimulou a formação de uma gigantesca bolha especulativa no setor imobiliário, que acabou envolvendo o conjunto da economia mundial.

Ao consolidar-se como o principal polo de acumulação de capital, a China reorganizou a divisão internacional do trabalho e criou sua própria periferia. A América Latina rapidamente foi atraída pela potência asiática, carente de *commodities* para sustentar seu acelerado crescimento. Embora o preço das *commodities* também tenha subido em virtude da especulação, o efeito do incremento da demanda chinesa sobre o mercado foi de grande monta (LEITE, 2017). Entre 2002 e 2011, verificou-se uma elevação dos preços da ordem de 230%, sendo que os preços das *commodities* minerais cresceram 322%, e o das energéticas 310%. Um dos resultados desse processo foi a substantiva melhora dos termos de intercâmbio da América Latina, que cresceram 38% (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019).

Nesse contexto, o extrativismo foi reforçado na região, em especial na América do Sul. Aumentaram sobremaneira as exportações de recursos naturais não renováveis. O forte incremento das exportações de produtos agropecuários está acarretando a degradação de extensas áreas de floresta e de cerrados, além do esgotamento dos recursos hídricos. Como já observamos, esse processo reforçou velhas estruturas socioeconômicas e a dependência da região.

3.1. Auge e limites da estratégia neoextrativista

Os governos de centro-esquerda eleitos no início do século XXI na América Latina, embora tivessem muitas peculiaridades nacionais, implementaram, de modo geral, políticas econômicas expansionistas com o objetivo de combater a miséria e a desigualdade social. A adoção dessas políticas expansivas, em boa medida, só foi possível em decorrência do incremento das exportações, dos preços das *commodities* e dos termos de troca e também em virtude da volumosa entrada de capitais estrangeiros na forma de investimentos diretos e de investimentos especulativos. O forte incremento das exportações estimulou o crescimento econômico, sobretudo nos países com economias menos diversificadas. Contudo, é fundamental também observar que a melhora no balanço de pagamento reduziu a vulnerabilidade externa, abrindo espaço para a expansão do mercado interno com base no aumento do consumo, dos

investimentos e dos gastos públicos, sem que houvesse crises cambiais como aquelas que estrangularam qualquer crescimento mais forte da economia na década de 1990 em vários países latino-americanos.

Essa mudança de rumo no novo contexto da economia mundial resultou no crescimento bastante razoável do Produto Interno Bruto (PIB) da América Latina, que, entre 2003 e 2013, cresceu a uma taxa média anual de 3,6%, sustentado pelo incremento do consumo, do investimento e das exportações. Esse processo foi acompanhado de redução do desemprego e da pobreza¹³. Os resultados em relação ao enfrentamento da crise ambiental foram insuficientes diante da magnitude do problema¹⁴.

Essas políticas expansivas e distributivistas apresentaram rupturas e continuidades com o neoliberalismo. Em geral, parecem exageradas as colocações de Acosta e Brand (2018) segundo as quais os governos progressistas teriam radicalizado o neoliberalismo. O fato de não avançarem na definição de um modelo que apontasse para a superação do extrativismo e até o terem aprofundado, não obstante o discurso pautado na defesa do meio ambiente e em novas formas de organizar a economia, como no caso do governo Correa no Equador, não quer dizer que necessariamente houve tal radicalização. Em muitos casos, houve apenas uma flexibilização das políticas neoliberais; em outros, a adoção de políticas alternativas foi mais evidente. As reformas implementadas foram limitadas, mas é preciso levar em consideração a correlação de forças adversa. Também é preciso considerar a melhora das condições de vida de parcela expressiva da população. Porém, tudo isso não justifica a postura repressiva em relação aos movimentos sociais contrários aos megaprojetos de exploração dos recursos naturais por parte de alguns governos, como no caso da Bolívia e do Equador¹⁵.

13 Em 2002, a pobreza atingia 45,3% da população, enquanto a pobreza extrema atingia 12,2%. Em 2014, esses números foram respectivamente 27,7% e 7,7%. A tendência de queda da pobreza e da pobreza extrema foi revertida com o esgotamento do *boom* de *commodities* e com o fim da onda progressista na região. Em 2018, a parcela de pobres estava em 29,7% e a da pobreza extrema 10,5% da população. Em 2020, no auge da pandemia, a pobreza era de 32,8% e a pobreza extrema de 13,2% da população. A partir daí observa-se uma queda, mas sem que os números da pobreza e da pobreza extrema tenham retornado ao patamar anterior. Em 2023, segundo estimativas da CEPAL, a pobreza atingiu 29,1% e a pobreza extrema 11,1% da população (CEPAL, 2016; CEPAL, 2023).

14 Ver a respeito em UNITED NATIONS (2023).

15 Segundo Svampa (2019, p. 66-69), na América Latina “[...] em 2010 havia 120 conflitos mineiros que afetavam 150 comunidades; em 2012, os conflitos já eram 161, com 173 projetos e 212 comunidades afetadas. Em fevereiro de 2014, o número de conflitos chegava a 198, com 297 comunidades afetadas. Em janeiro de 2017, havia 207 conflitos, que envolviam 227 projetos e 331 comunidades. Os países com maior quantidade de conflitos são Peru (39), México (37), Chile (36), Argentina (26), Brasil (20), Colômbia (14) e Equador (6) [...] Um dos casos mais preocupantes é o do Equador, onde apesar da própria Constituição estabelecer os direitos da natureza, a resposta do governo Rafael Correa (2007-2017) ao conflito socioambiental foi a criminalização e condenação do protesto [...]”.

As políticas neodesenvolvimentistas também se mostraram insuficientes tanto para deter o retrocesso estrutural das economias mais diversificadas da região, como no Brasil e na Argentina, quanto para diversificar aquelas de menor densidade econômica. Nesse sentido, o *boom* de *commodities* representou um reforço dos setores exportadores e da posição de dependência dos países latino-americanos. O caso do Brasil é ilustrativo. A preços correntes, a indústria de transformação chegou a representar 35,9% do PIB em 1985, caindo para 13,8% em 1998. O setor teve uma breve recuperação no início da década de 2000, quando sua participação no PIB foi de 17,8% em 2004. Contudo, voltou a declinar e, em 2021, sua participação no PIB foi de 11,3% (CONSIDERA; TRACE, 2022). O peso da cadeia produtiva do agronegócio representa cerca de 25% do PIB. Em 2000, as exportações de produtos primários no total das exportações brasileiras correspondiam a 42%. Esse número cresceu continuamente, atingindo 65,3% em 2012. Em 2020, foi de 72,9% (CEPAL, 2022; CEPAL 2022b).

Para a Argentina, o peso dos produtos primários nas exportações saltou, entre 2000 e 2020, de 67,6% para 85,1%. Para a América Latina e Caribe como um todo, entre 2000 e 2012, o peso das exportações de produtos primários em relação ao total exportado passou de 42,1% para 55,6%. Em 2020, apesar da queda verificada com o fim do *boom* de *commodities*, 50,6% das exportações totais da região correspondiam a bens primários. O único país que não seguiu essa tendência foi o México, pois, em 2000, 46,5% das exportações eram de produtos primários, caindo para 20,3% em 2020 (CEPAL, 2022a). Em 1970, a indústria representava 23,5% do PIB regional; em 1990, 21,9% e 16,1% em 2010. Em 2016, esse número declinou para 14,3% do PIB, alcançando 14% em 2018. Nesse mesmo período, o peso da agricultura no PIB caiu de 11,6%, em 1970, para 5,7%, em 2010, alcançando 5,8% em 2016 e 5,4% em 2018. Enquanto isso, verifica-se tendência de crescimento do peso do setor de serviços, que passou de 52,8% para 61,7% do PIB entre esses dois anos. Tal setor não pode, em geral, ser caracterizado como baseado em serviços modernos e dinâmicos. A participação da América Latina no valor agregado industrial mundial subiu de 4,5%, em 1970, para 7,2% em 2010. Nesse mesmo intervalo de tempo, a participação da Ásia subiu de 7,2% para 32,6%. O peso da América Latina nas exportações mundiais de produtos manufaturados, entre 1990 e 2010, passou de 2,2% para 4,1%, e na Ásia esses números foram respectivamente 14,8% e 35,3% (CEPAL, 2022a; CORSI, 2021, 2023; NAYYAR, 2014).

As dificuldades para diversificar a economia da região ficam patentes na composição do comércio dos países latino-americanos com a China. O comércio da região com a China cresceu 22 vezes entre 2001 e 2013. O superávit comercial regio-

nal no que se refere às *commodities* pulou de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 62,6 bilhões. Entretanto, o déficit relativo aos produtos manufaturados apresentou um salto, de US\$ 7,5 bilhões para US\$ 130,7 bilhões entre esses dois anos (CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019).

Os dados acima indicam a reprimarização das exportações e a desindustrialização da região, processos articulados que caracterizam um retrocesso estrutural. O desenvolvimento da indústria é importante, pois implica na diversificação da economia, no incremento da produtividade, no adensamento das cadeias produtivas, na melhora da composição do comércio exterior e no incremento de empregos melhor remunerados. Porém, o que se coloca hoje não é meramente a reindustrialização da América Latina, o que seria uma meta muito provavelmente inatingível na atual configuração do capitalismo global. Se faz necessário, buscar um outro modelo de desenvolvimento compatível com o enfrentamento da questão social e da crise ecológica.

A proposição defendida por Svampa (2019) e Acosta e Brand (2018) segundo a qual a melhora das condições sociais e a retomada do crescimento se devem ao incremento das exportações, vinculado ao *boom* de *commodities*, parece requerer algumas qualificações, pois a América Latina não constitui um todo homogêneo. Para as economias mais diversificadas da região (México, Brasil e Argentina), o conceito de neoextrativismo parece ser insuficiente para compreender a dinâmica dessas economias e de suas políticas econômicas. Não obstante o aumento das exportações e a melhora nos termos de troca, o crescimento verificado entre 2003 e 2013 foi impulsionado sobretudo pela expansão do mercado interno, fruto do incremento do consumo pautado em políticas sociais e, em menor grau, do investimento. No caso do México, por exemplo, o destaque não são as exportações de produtos primários, mas sim as de manufaturados. A relevância do *boom* de *commodities* para esses países reside, em boa medida, na redução da vulnerabilidade externa, que também decorreu da volumosa entrada de capitais externos. Foi isso que permitiu a implementação de políticas econômicas expansivas, calcadas sobretudo no estímulo ao consumo. O incremento das exportações de produtos primários não foi a alavanca principal do crescimento, como pode ser observado pela Tabela 1. Os referidos autores parecem não levar em consideração esses pontos.

Tabela 1. Contribuição da demanda externa e interna para o PIB da América Latina (%)

Ano	Demanda interna	Demanda externa
2004	6,2	-0,2
2006	7,4	-2

2008	5,8	-1,7
2010	8,1	-1,8
2012	4	-1,2
2014	0,2	1
2016	-3	2,1
2018	1,5	-0,4
2020	-8	1,2
2021	8,2	-1,5

CEPAL (2022a)

Uma análise da composição setorial do PIB de alguns países da região indica que durante o *boom de commodities* houve um crescimento relativo acentuado dos setores vinculados ao extrativismo. Os dados da Tabela 2 sugerem que, no caso do Equador, o peso relativo no PIB do setor de mineração, entre 2002 e 2014, saltou de 2,9% para 12,6%, mas depois tendeu a cair, permanecendo no patamar histórico. Também se observa um declínio relativo da participação da agricultura e da indústria no PIB, indicando, neste último caso, um processo de desindustrialização, aparentemente estancado nos últimos anos. Outro dado relevante refere-se ao incremento da participação da administração pública, que inclui gastos com saúde, seguridade social e educação, além de outros gastos no PIB, refletindo as políticas distributivistas adotadas no período. Também foi relevante o avanço relativo da intermediação financeira.

Tabela 2. Equador: participação no PIB anual por atividade econômica a preços correntes (%)

	1990	2000	2002	2014	2019	2021
Agropecuária, pesca e caça	20,5	15,4	11,2	9,1	8,8	9,4
Minas e pedreiras	4,1	5,3	2,9	12,6	5,4	4,0
Indústria manufatureira	22,4	18,9	17,6	13,8	14,7	16,8
Fornecimento de eletricidade, gás e água	0,7	1,0	2,0	1,2	1,8	1,7
Construção civil	3,0	4,9	6,1	6,2	10,9	8,8
Comércio	15,2	16,2	15,1	15,2	11,4	12,0
Transporte e comunicações	8,7	8,9	10,6	6,4	7,3	7,7

Intermediação financeira, atividades imobiliárias e alugueis	10,0	9,2	12,5	16,5	17,1	16,0
Administração pública	12,2	10,9	13,6	14,7	16,0	17,6
Impostos menos subsídios	4,2	5,7	8,1	4,7	6,7	6,0

CEPAL ([2024])

Comportamento semelhante pode ser também observado na Bolívia, cabendo destacar, como pode ser verificado pela Tabela 3, a queda relativa do peso da indústria e o maior peso da administração do pública no PIB. O setor de extração mineral sofreu forte incremento no período do *boom de commodities*, mas também retornou ao patamar histórico ao término dessa fase. De modo geral, observa-se uma certa estabilidade na divisão setorial do PIB, sugerindo não terem ocorrido profundas alterações estruturais na economia ao longo do período 1990-2021.

Tabela 3. Bolívia: participação no PIB anual por atividade econômica a preços correntes (%)

	1990	2000	2002	2014	2019	2021
Agropecuária, pesca e caça	15,4	13,0	13,0	9,7	12,2	12,9
Minas e pedreiras	10,2	6,6	6,4	13,2	9,7	10,5
Indústria manufatureira	17,0	13,2	13,0	9,7	10,5	10,7
Fornecimento de eletricidade, gás e água	1,6	2,9	2,9	1,9	2,5	2,3
Construção civil	3,1	3,0	3,1	2,8	2,9	2,8
Comércio	12,1	10,3	10,4	8,3	9,5	9,6
Transporte e comunicações	9,3	11,3	11,9	8,1	9,3	9,0
Intermediação financeira, atividades imobiliárias e alugueis	10,2	13,6	12,1	8,9	10,7	10,2
Administração pública	14,5	16,9	18,0	16,2	19,6	17,5
Impostos menos subsídios	8,3	13,6	13,0	25,0	16,4	14,4

No caso do Brasil, conforme pode ser visto na Tabela 4, observa-se uma tendência de declínio da indústria, refletindo um processo de desindustrialização, que parece ser uma tendência geral da região. Outro aspecto a ressaltar é o declínio da intermediação financeira, dos negócios imobiliários e dos aluguéis na participação no PIB. O setor de mineração quase duplicou sua participação no PIB durante o período do *boom de commodities*, tendo seu peso no PIB crescido até o final do período. A participação da administração pública no PIB tendeu a declinar ao longo de todo o intervalo, em decorrência da adoção de políticas econômicas neoliberais na maior parte dele. No caso do México (Tabela 5), cabe destacar a tendência de queda do peso da agropecuária e da extração mineral no PIB, embora para este último setor seu peso tenha aumentado no *boom de commodities*. Houve um declínio do setor industrial durante o *boom*, que foi revertido depois do esgotamento dessa fase.

Tabela 4. Brasil: Participação no PIB anual por atividade econômica a preços correntes (%)

	1990	2000	2002	2014	2019	2021
Agropecuária, pesca e caça	4,3	4,8	5,5	4,3	4,2	7,5
Minas e pedreiras	1,2	1,2	1,7	3,2	2,5	4,7
Indústria manufatureira	15,4	13,1	12,4	10,5	10,3	10,2
Fornecimento de eletricidade, gás e água	2,0	2,7	2,9	1,6	2,6	2,4
Construção civil	4,9	6,1	5,3	5,3	3,4	2,8
Comércio	12,0	8,9	8,3	13,3	13,3	10,7
Transporte e comunicações	4,4	6,8	6,8	6,9	6,8	6,2
Intermediação financeira, atividades imobiliárias e aluguéis	28,3	21,2	20,7	19,4	20,4	17,5
Administração pública	23,2	21,3	21,5	21,1	22,6	18,9

Outros	9,9	14,0	14,7	14,0	14,0	14,6
--------	-----	------	------	------	------	------

CEPAL ([2024])

Tabela 5. México: participação no PIB anual por atividade econômica a preços correntes (%)

	1990	2000	2002	2014	2019	2021
Agropecuária, pesca e caça	6,3	3,3	3,3	3,1	3,4	3,9
Minas e pedreiras	10	6,4	6,6	7,1	4,3	4,0
Indústria manufatureira	19,7	19,0	17,3	15,9	17,3	18,1
Fornecimento de eletricidade, gás e água	1,1	1,6	1,8	1,7	2,2	1,7
Construção civil	5,4	7,3	7,0	7,3	7,1	7,0
Comércio	20,2	19,2	17,9	18,9	20,9	21,3
Transporte e comunicações	6,6	7,9	7,8	8,1	7,8	7,4
Intermediação financeira, atividades imobiliárias e aluguéis	15,4	15,8	16,9	17,0	16,1	16,1
Administração pública	11,5	15,0	16,3	16,2	15,2	14,4
Impostos menos subsídios	4,6	4,7	5,2	5,2	5,8	6,1

CEPAL ([2024])

Para os países com economias pouco diversificadas da América do Sul, o *boom de commodities* possibilitou de fato o neoextrativismo. A elevação dos preços e da quantidade das exportações de produtos primários, a nacionalização de empresas e a extensa ação estatal na regulação e fiscalização da extração dos recursos naturais possibilitaram os governos de centro-esquerda captarem parcela considerável do excedente, que foi utilizada, em grande parte, para incrementar o gasto público, voltado para políticas de caráter social. Foram políticas que melhoraram as condições de vida

de parcela significativa da população, apesar de não terem resolvido os históricos problemas sociais da região. Nesse processo, a implementação de grandes projetos extrativistas muitas vezes não respeitou os interesses dos povos tradicionais. Esses governos também não lograram impulsionar de forma significativa a diversificação das economias desses países.

A América do Sul foi bastante impactada pelo *boom* de *commodities*, apresentando taxas de crescimento relativamente altas, melhoria da distribuição da renda e diminuição da pobreza. Entre 1980 e 2003, a região cresceu 2,8%, enquanto na fase expansiva do ciclo das *commodities* o crescimento médio do PIB foi de 5,3%, caindo para cerca de 1% entre 2014 e 2019. Os termos de troca cresceram cerca de 60% de 2000 a 2010 e declinaram 15,7% entre 2011 e 2019. Paralelamente, verificou-se diminuição da vulnerabilidade externa (CEPAL, 2022a; CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019; SANTOS, 2015).

Este não foi o caso do México, embora esse país seja um exportador de petróleo. Observa-se uma certa estabilidade da economia mexicana no longo prazo. O PIB mexicano, entre 1980 e 2003, teve um incremento anual médio de 2,7% e durante todo o *boom* de *commodities* manteve esse patamar. Com o fim do *boom*, a economia mexicana tendeu a declinar, crescendo em média 2,2% a.a. até 2019. Enquanto as exportações mexicanas cresceram 75% entre 2000 e 2008, as sul-americanas se elevaram em 324%. A menor dependência em relação às exportações de *commodities* explica, em parte, esse desempenho. Ademais, o México encontra nos EUA o grande mercado para os seus produtos e exporta pouco para China. Nesse contexto de estabilidade, o país não apresentou grandes desequilíbrios externos e sua moeda não se valorizou como a dos países sul-americanos. Oposto a tais países, o México não sofreu uma reprimarização de sua pauta de exportação e nem um retrocesso significativo do setor industrial, baseado nas empresas montadoras (*maquiladoras*). Da mesma forma que o México, para os territórios centro-americanos o *boom* de *commodities* não foi relevante, pois a região não se caracteriza como uma exportadora importante de produtos primários (CEPAL, 2022a; CORSI; SANTOS; CAMARGO, 2019; SANTOS, 2015).

A crise estrutural do capitalismo global aberta em 2008 marcou o início de uma nova fase de baixo crescimento e instabilidade (Katz, 2012). No entanto, o *boom* das *commodities* não se encerrou com a crise, pois, apesar de os preços dos produtos primários terem apresentado forte contração em 2009, rapidamente se recuperaram e subiram até 2011. Em seguida, sofreram uma queda moderada até 2014, quando tenderam a cair de maneira mais acentuada¹⁶. O Gráfico 1 apresenta o comportamento dos preços

16 Sobre o comportamento dos preços das *commodities* ver, entre outros, Santos (2015) e Leite (2017).

das *commodities*. Esse comportamento decorreu sobretudo da forma como a China reagiu à crise por meio de uma política expansiva, voltada para incrementar os investimentos na infraestrutura e na indústria. Ao sustentar o nível de atividade econômica, essa política manteve a demanda de produtos primários em um patamar elevado. Porém, gerou uma situação de superprodução em vários setores da economia, o que, por sua vez, foi responsável em grande medida pela desaceleração da economia chinesa e, por conseguinte, pelo declínio da demanda e dos preços das *commodities*, que caíram também em virtude do baixo crescimento da economia mundial.

Gráfico 1. Comportamento dos preços de *commodities* selecionadas



Index Mundi ([2024])

Com o fim do *boom* de *commodities*, as economias latino-americanas tenderam para o baixo crescimento. Paralelamente, a onda progressista perdeu força. Dos governos progressistas, só o da Venezuela conseguiu se manter durante a segunda década do século. Os demais ou foram derrubados por golpes de Estados ou foram derrotados em eleições. Entretanto, esse desfecho não pode ser creditado apenas ao desempenho da economia; outros fatores políticos de cada país precisam ser levados em consideração, mas foge aos nossos objetivos analisar esses processos. A onda progressista foi sucedida por governos conservadores, que retomaram as políticas neoliberais e mantiveram o extrativismo. Essas políticas contribuíram para reforçar a tendência de baixo crescimento observada a partir de 2014.

Nesse contexto, o capitalismo global foi impactado pela crise desencadeada pela

pandemia de covid-19. Na América Latina os impactos da crise foram abrangentes, mas afetaram os países com intensidades diferentes, dadas as inúmeras peculiaridades nacionais. A região foi impactada em uma conjuntura de ebulição política e quase estagnação econômica.

A situação econômica e social rapidamente se degradou, denotando as inconsistências das políticas neoliberais. Em 2020, o PIB regional retrocedeu 6,8%. O desemprego aberto, no segundo trimestre do mesmo ano, em relação ao mesmo período do ano anterior, aumentou de 2,6%, enquanto a taxa de ocupação declinou 10%, indicando forte queda dos postos de trabalho informais. A população ocupada passou de 57,4% da população economicamente ativa (PEA) para 47,9%, uma perda de cerca de 47 milhões de postos de trabalho. A parcela vivendo na pobreza e na extrema pobreza atingiu 33% da população total, um incremento de 2,5% na pobreza e 1,7% na extrema pobreza (CEPAL, 2022a).

Diante da ineficácia das políticas ortodoxas, os governos foram obrigados, pelo menos momentaneamente, a se afastarem das políticas neoliberais. Adotaram políticas anticíclicas, calcadas na expansão monetária, na redução das taxas de juros, na ampliação do crédito, na elevação do gasto público direcionados para a área da saúde e para programas sociais, na ampliação de subsídios ao consumo de energia e água, na introdução de subsídios para o pagamento dos salários dos trabalhadores que tiveram a jornada de trabalho reduzida ou o contrato de trabalho suspenso e nas isenções fiscais para diferentes setores (CORSI, 2021). Essa política expansiva não neutralizou completamente a crise. Todavia, a partir do terceiro trimestre de 2020, observa-se uma melhora da situação econômica. Em 2021, a recuperação se consolidou, tendo o PIB regional crescido 6,7%. Nos dois anos seguintes, o PIB cresceu, respectiva e aproximadamente, 4,2% e 2,5%. Esses números indicam uma tendência de declínio (CEPAL, 2016).

Apesar da recuperação, os problemas sociais e a crise ambiental permaneceram praticamente intocados. Sem mudanças estruturais voltadas para a superação do padrão de acumulação vigente e da inserção dependente na economia mundial, a tendência à quase estagnação deve persistir.

O baixo crescimento e o agravamento dos problemas sociais criaram as condições para uma nova guinada para a centro-esquerda, observada no Brasil, na Argentina, no Chile, na Colômbia, na Bolívia e no Peru, que redundou na eleição de Fernandes, de Boric, de Arce, Castillo, de Petros e de Lula. A vitória das forças de centro-esquerda ocorreu em uma conjuntura difícil, distinta daquela do início dos anos 2000. O reformismo fraco se defronta com uma situação de baixo crescimento global, de acirramento das disputas pela hegemonia entre os EUA e a China e rápido agravamento

da crise ambiental. A região vive uma situação de instabilidade. A mais recente vitória de Milei na Argentina (2023) exemplifica essa situação.

Nesse contexto, as dificuldades serão imensas para esses governos implementarem programas baseados na retomada do crescimento (fundamental para dinâmicas de distribuição de riqueza), no enfrentamento da crise ambiental, na proteção da agricultura familiar e da indústria nacional, no incentivo à produção de energias limpas, na introdução de uma reforma tributária progressiva, na adoção ou ampliação de programas sociais de transferência de renda para enfrentar a miséria e a fome, na proteção das minorias, na ampliação dos investimentos na saúde e na educação e ampla política ambiental. Um programa com essa amplitude está além do reformismo limitado desses governos.

4. Considerações finais

O *boom* de *commodities* contribuiu para o crescimento econômico, para a redução da pobreza e para a diminuição da vulnerabilidade externa no início do século XXI. Entretanto, as velhas estruturas extrativistas e a inserção dependente na economia mundial não se alteraram. Verificou-se nas últimas duas décadas um aprofundamento da reprimarização das exportações e do processo de desindustrialização, em especial na América do Sul. O Brasil, que possuía uma estrutura econômica complexa e diversificada, sofreu um processo de regressão estrutural. A Venezuela, o Equador e a Bolívia, apesar de terem sido governados por forças mais à esquerda durante o *boom* de *commodities*, não lograram redirecionar o desenvolvimento, mesmo tendo se apropriado por meio de nacionalizações e maior regulação estatal de parte considerável do excedente proporcionado pela política extrativista. Contudo, o direcionamento desses recursos, em grande medida para programas sociais, foi de suma importância para a melhora das condições de vida de parcela significativa da população.

O extrativismo foi revigorado com a expansão da demanda por *commodities*, estreitando a perspectiva de uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável. No atual contexto, está na ordem do dia a definição de um modelo alternativo ao atual, não mais calcado na intensa exploração predatória de recursos naturais, que levará ao esgotamento das reservas minerais e de água potável e do solo nas próximas décadas. Isso requer a introdução de outras maneiras de produzir, de consumir e de se relacionar com a natureza. Ou seja, requer a superação do capitalismo, como indicam os ecossocialistas.

A crise estrutural do capitalismo e o acirramento da luta pela hegemonia entre

EUA e China denotam o esgotamento da globalização como a conhecemos e abrem novas possibilidades para a América Latina. A crise estrutural em curso evidenciou a vulnerabilidade de inúmeros países em uma situação na qual a economia mundial está organizada, cada vez mais, em cadeias produtivas e comerciais dispersas geograficamente. Isso ficou evidente na diminuição da oferta e/ou interrupção do fornecimento de insumos durante e após a pandemia. A economia mundial caminha, provavelmente, para uma nova reconfiguração espacial da acumulação de capital, o que pode abrir novas possibilidades de desenvolvimento, dependendo das políticas adotadas, da correlação de forças entre as classes sociais e da posição geopolítica de cada país. Nesse contexto, não está descartada para a América Latina a possibilidade de outro modelo de desenvolvimento, que permita enfrentar simultaneamente os graves problemas sociais, a crise ambiental e a vulnerabilidade externa estrutural. Porém, para tanto, é necessária a ruptura com o neoliberalismo e o extrativismo.

Referências

- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. *Pós-extrativismo e decrescimento: saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante, 2018.
- BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. *Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. CEPALSTAT Statistics and Indicators: Economic. *CEPALSTAT Statistical Databases and Publications*, Santiago, [2024]. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?lang=en>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. CEPALSTAT. *CEPAL*, Santiago, 2022a. Disponível em: <https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/index.html?lang=es>. Acesso em: 14 dez. 2023.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Rumo à transformação do modelo de desenvolvimento na América Latina e no Caribe: produção, inclusão e sustentabilidade*. Santiago: CEPAL, 2022b.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2022c.
- CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. *Estúdio econômico de América Latina y el Caribe*. Santiago: Cepal, 2016. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40326/86/S1600799_es.pdf. Acesso em: 12 dez. 2023.
- CECHIN, Andrei. *A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen*. São Paulo: Senac: Edusp, 2010.
- CHESNAIS, François. *Finance capital today*. Boston: Liden, 2016.
- CONSIDERA, Claudio; TRECE, Juliana. Indústria de transformação brasileira: à beira da extinção. FGV, Rio de Janeiro, 19 out. 2022. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/industria-transformacao-brasileira-beira-extincao>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- CORSI, Francisco Luiz. A América Latina diante da crise desencadeada pela pandemia. *Mundo e Desenvolvimento*, São Paulo, v. 5, n. 5, p. 54-75, 2021. Disponível em: https://ieei.unesp.br/index.php/IEEI_MundoDesenvolvimento/article/view/81. Acesso em: 22 nov. 2024.
- CORSI, Francisco Luiz. América Latina e os impasses do desenvolvimento. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 12, n. 2, p. 183-202, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2023.v12n2>.

CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo; CAMARGO, José M. A América Latina: ciclo de *commodities* e crise do capitalismo global. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, Porto Alegre, v. 8, n. 15, pp. 168-194, 2019.

CORSI, Francisco Luiz; SANTOS, Agnaldo; CAMARGO, José Marangoni. A crise do capitalismo global aberta em 2007: bolhas especulativas e novos espaços de acumulação na periferia. In: ALVES, Giovanni; CORSI, Francisco Luz. (Org.). *A crise capitalista no século XXI: um debate marxista*. Marília: Praxis, 2021. pp. 184-217

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016.

ENTENDA o que são as práticas de ESG. *Sebrae*, São Paulo, 16 nov. 2024. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-que-sao-as-praticas-de-esg,66c7e3ac39f52810VgnVCM-100000d701210aRCRD>. Acesso em: 22 nov. 2024.

FMI. Fundo Monetário Internacional. IMF Data Portal. *FMI*, Washington, D.C., [2022]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/Data>. Acesso em: em 15 fev. 2024.

FOSTER, John Bellamy. Decrescita pianificata: ecosocialismo e sviluppo umano sostenibile. *Associazione per la Decrescita*, [S. l.], 2 ago. 2023. Disponível em: <https://www.decrescita.it/decrescita-pianificata/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

INDEX MUNDI. Commodity Prices. *Index Mundi*, [S. l.], [2024]. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/commodities>. Acesso em: 31 mar. 2024.

KATZ, Claudio et al. *La crisis capitalista mundial y America Latina: lecturas de economia politica*. Buenos Aires: CLACSO, 2012.

LEITE, Marcos Vinicius Chilliato. *Integração constrangida na América Latina: velhos e novos problemas do subdesenvolvimento no início do século XXI*. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

LÖWY, Michael. *O que é ecossocialismo?* São Paulo: Cortez, 2014.

LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

LIMA, Marcos Costa; ALBUQUERQUE, Tatiane Souza de; NASCIMENTO, Andreza Melo do. Meio ambiente na China: impasses, avanços e desafios. *Realis*, Recife, v. 11, n. 2, 2021. DOI: <https://doi.org/10.51359/2179-7501.2021.252151>

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MOORE, Jason W. El auge de la ecología-mundo capitalista: las fronteras mercantiles en el auge y decadencia de la apropiación máxima. *Laberinto*, Bogotá, n. 38, pp. 9-26, 2013.

MORENO, Camila. As roupas verdes do rei: economia verde, uma nova forma de acumulação primitiva. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (Org.). *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Elefante, 2016. pp. 256-295

NAYYAR, Deepak. *A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SAITO, Kohei. *O ecossocialismo de Karl Marx: capitalismo, natureza e crítica inacabada à economia política*. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, Bruno Galvão dos. O ciclo econômico da América Latina dos últimos 12 anos em uma perspectiva de restrição externa. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 43, pp. 205-251, 2015.

SMITH, John. *Il imperialismo nel XXI secolo*. [S. l.]: [s. n.], 2016. Disponível em: <https://www.sinistrai-nrete.info>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SVAMPA, Maristella. STATE of the climate in Latin America and Caribbean. *World Meteorological Organization*, Geneva, [2021]. Disponível em: <https://wmo.int/publication-series/state-of-climate-latin-america-and-caribbean>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina*. São Paulo: Elefante, 2019.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME. *Annual Report 2011*. Nairobi: UNEP, 2012. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/annual-report/unep-2011-annual-report>. Acesso em:

22 nov. 2024.

UNITED NATIONS. *Who cares wins: connecting financial markets to a changing world*. New York: United Nations Department of Public Information, 2004. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/280911488968799581/who-cares-wins-connecting-financial-markets-to-a-changing-world>. Acesso em: 22 nov. 2024.

_____ - State of the climate in Latin America and Caribbean, 2023 . Disponível em <https://public.wmo.int/en/our-mandate/climate/wmo-statement-state-of-global-climate/LAC>. Acesso em 20 de fevereiro.